



fls. 43

Processo Administrativo nº 010/2022.

Denunciada/Requerida: ASQM – Associação Sergipana de Criadores de Cavalos Quarto de Milha

Decisão Administrativa

Relatório

Tratam-se os autos de Processo Administrativo aberto por solicitação do Presidente da ABVAQ, em razão de denúncia anônima, em que fora relatado a inobservância do Regulamento Geral de Vaquejada por parte da denunciada (durante a etapa do Circuito ASQM realizada entre os dias 22 a 24 de abril, no Parque Zezé Rocha, na Cidade de Lagarto/SE), vez que a mesma estava utilizando de protetor de cauda não credenciado/homologado junto à ABVAQ, com o agravante de que estava sendo fixado na cauda do boi com “liga de borracha”, fato este corroborado por meio do laudo de inspeção e vistoria juntado aos autos às fls. 03 a 12.

Ao nomear a presente Comissão e diante das provas documentais juntadas aos autos, o Presidente da ABVAQ requereu que fosse analisado a possibilidade de suspensão imediata da Chancela concedida às demais etapas do Circuito ASQM no ano de 2022, bem como, imediata comunicação do ocorrido à ABQM, por se tratar de prova oficializada por esta associação.

Em reunião realizada na data de 03 de maio de 2022, com o intuito de analisar o pedido de suspensão liminar as chancelas concedidas às demais etapas do Circuito ASQM, esta Comissão, para evitar decisões surpresa, decidiu, por unanimidade, citar/intimar a requerida, na pessoa do seu presidente, para se manifestar nos autos, inclusive sobre o pedido liminar.

A denunciada/requerida, fora devidamente citada/intimada na data de 08 de maio de 2022, conforme certidão de fls. 21. Em ato contínuo, também no dia 08, foi encaminhado e-mail a ABQM, informando a abertura do presente PA, bem como encaminhando cópia do mesmo, consoante certidão de fls. 26.

[Handwritten signatures]



A denunciada/requerida, por meio de e-mail datado de 10/05/2022, de forma tempestiva (vide certidão de fls. 40), apresentou defesa em 02 laudas (fls. 31 e 32), acompanhada de 08 laudas de documentos (fls. 32 *usque* 39).

Em sua defesa, a denunciada/requerida, em síntese, alegou que só após a vistoria e inspeção foi que tomou conhecimento da utilização de protetores não credenciados, e que de pronto, ou seja, no dia 24/05/2022 (último dia do evento) utilizou os protetores credenciados pela ABVAQ, destacando, ainda, que havia comprado os protetores credenciados/homologados, juntando aos autos cópia de NF e comprovantes de pagamentos.

Afirmou, que a organização do evento não foi realizada diretamente pela ASQM, mas por parceiros contratados, e que já iniciou um procedimento interno para buscar apuração dos fatos com os Promotores do Evento.

Ainda informou em sua defesa que, o uso de protetor não certificado, em parte do evento, foi um fato isolado, conforme consta no relatório de inspeção e vistoria juntado aos autos pela ABVAQ. Além de que, já tomou todas as medidas cabíveis, inclusive compra de novos protetores e assinatura de contrato com os promotores da próxima etapa do Circuito ASQM (documento juntado aos autos), com foco no cumprimento integral do RGV e do Contrato de Chancela assinado com a ABVAQ. Ao final, pleiteou pela manutenção da parceria firmada através do Contrato de Chancela firmado em 13/01/2022, reforçando o compromisso assumido de cumprir todas as exigências legais.

Diante das provas juntadas aos autos, bem como da defesa apresentada pela denunciada/requerida, entendeu esta comissão que o processo estava pronto para julgamento, tendo sido marcada esta sessão para a presente data, para julgamento de mérito deste Processo Administrativo. Ficando, assim, prejudicada a análise do pedido liminar de suspensão das Chancelas concedidas à ASQM para o ano de 2022.

Este é o breve relato. Passamos a decidir.

À denunciada foi imputada prática de violação ao RGV, as normas legais vigentes e ao Contrato de Chancela firmado com a ABVAQ, tendo em vista a utilização de protetor não credenciado/homologado por esta associação, durante etapa do Circuito ASQM, realizado entre os dias 22 e 24 de abril do corrente ano, no Parque Zezé Rocha, na cidade de Lagarto/SE, violando, assim, o § 1º do art. 40, do RGV.

Destaca-se que o RGV criado pela ABVAQ foi reconhecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da Portaria nº 1.781 de 14 de agosto de



P. 45

2017, "como apropriado para zelar do "Bem-Estar Animal" dos bovinos e equinos participantes da prática esportiva."

Reforçando a eficácia e aplicabilidade do RGV, destacamos a publicação da Lei nº 13.873 de 17 de setembro de 2019, que regulamenta o § 7º, do art. 225 da Carta Magna, reconhecendo em seu art. 3ºB os regulamentos de associações, aprovados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como aptos a estabelecer regras de bem-estar animal e com a possibilidade de prever sanções para os casos de descumprimento.

No presente caso, não há dúvidas de que houve descumprimento das normas legais supras citadas, inclusive, a própria denunciada/requerida confessa em sua defesa. Além da citada confissão, não impugnou o relatório de vistoria e inspeção juntado aos autos, o que, consubstancia ainda mais e violação das regras antes mencionadas.

O fato da denunciante afirmar que não só teve conhecimento da irregularidade após a informação passada pela agente da ABVAQ, tentando atribuir responsabilidade a terceiros, não há de prosperar, uma vez que quem assinou o contrato de chancela com a ABVAQ foi a própria ASQM, sendo, esta, portanto, responsável por fazer cumprir todas as normas previstas no RGV e nas demais legislações vigentes.

Trata-se de responsabilidade objetiva da ASQM, independentemente de ter sido supostamente praticada através de prepostos, ou terceira pessoa por ela contratada.

A utilização de protetor não credenciado pode, e na maioria das vezes causam, danos físicos aos bois, já que não são protetores cônicos, e, por consequência, não distribuem a força de maneira proporcional por toda cauda do boi.

Vários estudos publicados em revistas internacionais, já comprovaram a eficácia do protetor cônico. Destaca-se, ainda, que a própria ABNT, através da norma ABNT PR 1008-5, estabelece que o protetor de cauda deve ser cônico, não podendo ser retilíneo, como o utilizado pela denunciada/requerida.

Por demais, consta no relatório de inspeção e vistoria (repita-se, não impugnado pela requerida/denunciada), que o protetor não credenciado estava sendo fixado na cauda do boi através de liga de borracha, o que, certamente, viola normas de bem-estar animal, já que prende de forma excessiva a circulação do sangue naquela região. Por oportuno, é importante destacar que o protetor credenciado pela ABVAQ utiliza fixadores anatômicos, com o intuito de garantir a fixação do protetor sem causar qualquer dano ao boi.



A materialidade da conduta da denunciada/requerida está perfeitamente demonstrada no bojo dos autos, pelas provas documentais colecionadas e confissão feita pela própria denunciada em sua peça de defesa, o que por si só configura confirmação da autoria e violação ao artigo supracitado do Regulamento Geral de Vaquejada (RGV), e demais normas vigentes e ao contrato de chancela.

Provas a autoria e materialidade da infração e não existindo justificativa ou dirimentes em favor da denunciada, há de que ser-lhe aplicadas a reprimendas previstas no RGV e, de forma subsidiária, no Regulamento de Bem Estar Animal em Competições da ABQM.

Reza o Parágrafo Segundo do art. 35 do Regulamento Geral de Vaquejada (RGV) da ABVAQ:

"Art. 35 (...)

Parágrafo Segundo: As punições possíveis, enquanto não for criado o código de conduta desportiva, serão a depender da gravidade dos fatos."

Já o Regulamento de Bem Estar Animal em Competições da ABQM, aplicado de forma subsidiária conforme previsão contida no art. 59 do RGV, que traz em seu art. 64, *verbis*:

"Artigo 64 – Aos infratores deste Regulamento serão aplicadas as seguintes sanções:

I – advertência, considerando:

- a) a gravidade do fato;
- b) ser primário e não tiver agido com dolo ou má fé;

....."

Passamos à fixação da punição

Na aplicação das penalidades será considerada a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provieram (não apenas para o animal, mas para o esporte como um todo), as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes da denunciada em processos administrativos junto à ABVAQ.

Os critérios ou elementos balizadores da dosimetria da punição dispostas no citado art. 64, do Regulamento de Bem Estar Animal em Competições da ABQM, devem



Pl. 47
4

ser considerados o caso concreto, levando-se em consideração a culpabilidade da denunciada, a ensejar penalidade de advertência ou suspensão.

Diante de todas as provas colhidas neste processo administrativo, inclusive confissão dos denunciados, está comprovada a violação do RGV, do contrato de chancela e das demais normas atreladas ao presente caso, ou seja, em relação ao uso de protetor de cauda não credenciado/homologado, uma vez que as demais normas previstas no RGV foram cumpridas pela denunciada/requerida, principalmente em relação ao bem-estar dos animais, conforme consta no relatório de vistoria e inspeção juntado aos autos às fls. 03 a 12.

No citado relatório, conforme dito, observou-se o cumprimento das normas de bem-estar animal, como fornecimento de alimentação adequada aos bovinos; cama de areia com mais de 40cm; fornecimento de água... Enfim, o único descumprimento relatado de fato foi atinente à utilização de protetor não credenciado/homologado nos primeiros dias do evento.

Em função da primariedade, da confissão e, salvo a utilização de protetor não credenciado, cumprimento das demais normas previstas no RGV, bem como o compromisso assumido pela denunciada em sua defesa de que nas demais etapas irá cumprir integralmente às normas previstas no RGV, tendo, inclusive, comprovado a aquisição de novos protetores de caudas credenciados/homologados, atrelada a ausência de prova de que tenha ocorrido algum dano a qualquer dos animais envolvidos no evento, esta Comissão Disciplinar, por unanimidade, com fulcro no inciso I, do art. 64 do Regulamento de Bem Estar Animal em Competição da ABQM, aplicado *in casu* de forma subsidiária, aplicar pena de advertência à denunciada.

O que se busca *in casu* não é apenas aplicar uma pena administrativa à denunciada, mas sim demonstrar a todo coletivo social o aspecto negativo e reprovável da conduta, buscando, com isso, chamar a atenção de outros organizadores de eventos para que não descumpram as normas previstas no RGV, principalmente as atinentes ao bem-estar dos animais.

Diante do exposto, esta Comissão Disciplinar decide pela aplicação da pena de advertência, destacando que em caso futuro de qualquer nova violação às regras previstas no RGV e no contrato de chancela a denunciada/requerida será considerada reincidente, perdendo assim, toda benesse de uma primariedade.

Somando-se a tudo que já foi explanado, há se chamar atenção para violação, por parte da denunciada, da Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96), já que o protetor credenciado pela ABVAQ é patenteado. Contudo, a ABVAQ não tem competência para punir a denunciada por violação a patente; porém, em função da notificação que a ABVAQ recebeu da MMC (na data de 18/06/2021), cumpre-lhe



1248
7

encaminhar ofício informando o presente caso, tudo com o intuito de evitar qualquer responsabilização a esta associação.

Remeta-se a presente decisão ao Presidente da ABVAQ, para análise e posicionamento, nos termos do art. 37 do Regulamento Geral. Após decisão do Presidente, intime-se a denunciada/requerida do inteiro teor da presente decisão, bem como providencie-se a publicação no site oficial da ABVAQ.

Expeça-se ofício a MMC, na pessoa do seu representante legal, detentor da Patente, informando o ocorrido, encaminhando cópia da presente decisão.

Remeta-se cópia integral do presente processo administrativo, inclusive com as provas documentais e da presente decisão meritória, à Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Quarto de Milha - ABQM.

Após as medidas acima citadas, os autos devem voltar a esta Comissão para regular prosseguimento.

João Pessoa/PB., 13 de maio de 2022.

Presidente da Comissão

Membro da Comissão

Membro da Comissão

Av. Nossa senhora dos Navegantes, n.º 104, SL 507, Empresarial Dilascio, Tambaú – João Pessoa – PB
CEP: 58.039-110 – e-mail: abavaq.abvaq@gmail.com